

Ronny Charles Lopes de Torres

Leis de

LICITAÇÕES PÚBLICAS

comentadas

12^a | revista,
edição | ampliada e
atualizada

2021

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

PARTE 1 LEI Nº 14.133/2021

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	39
CAPÍTULO I – DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI	39
1 LICITAÇÃO PÚBLICA	40
1.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A SELEÇÃO DE FORNECEDORES E A APROVAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	41
1.2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS	44
1.3 COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	45
1.3.1 Competência legislativa e autonomia administrativa	46
1.3.2 Não exaurimento da competência legislativa privativa.....	46
1.4 NORMAS MATERIALMENTE GERAIS X NORMAS MATERIALMENTE ESPECÍFICAS	48
1.5 CARÁTER GERAL DAS NORMAS E COMPETÊNCIA PARA REGULAMENTAÇÃO	50
1.6 NORMAS DE CARÁTER ESPECÍFICO	51
1.7 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DE LICITAR EM SUAS PERSPECTIVAS BUROCRÁTICA, DEMOCRÁTICA E SUBJETIVA.....	52
1.7.1 Exceções ao Princípio da obrigatoriedade	53
1.7.2 Exceções ao Princípio da obrigatoriedade e competência legislativa	54
1.8 ASPECTOS DE TEORIA ECONÔMICA DAS LICITAÇÕES NO CASO BRASILEIRO.....	55
1.9 DESTINATÁRIOS DAS REGRAS LICITATÓRIAS	59
1.9.1 Fundos especiais	59
1.9.2 Entidades controladas.....	59
1.9.3 Serviços Sociais Autônomos.....	59
1.9.4 Organizações Sociais (OS).....	60
1.9.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI's).....	61
1.9.6 Estatais	62
1.10 LICITAÇÕES COM RECURSOS PROVENIENTES ORGANISMOS INTERNACIONAIS	63
1.10.1 origem internacional dos recursos.....	63
1.10.2 Competência do Congresso Nacional	64
1.10.3 Mitigação das regras licitatórias e captação parcial de recursos	64
1.10.4 Mitigações e exigências do doador	65
1.10.5 Mitigações e Respeito aos Princípios Constitucionais	66
1.10.6 licitações internacionais e vedação à países específicos	66
1.10.7 Recursos internacionais e aprovação pelo parecerista jurídico	67
2 OBJETO DA LICITAÇÃO	67
2.1 OBJETO DA LICITAÇÃO X PRETENSÃO CONTRATUAL	67

3	HIPÓTESES DE NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATUAL	68
3.1	CONSEQUÊNCIAS DA NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATUAL	69
3.2	CARÁTER EXEMPLIFICATIVO DO ELENCO	69
4	MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	70
4.1	DA NÃO APLICAÇÃO DAS REGRAS DA LC 123/2006	71
CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS		72
5	PRINCÍPIOS.....	72
5.1	LEGALIDADE.....	73
5.2	IMPESSOALIDADE.....	76
5.3	MORALIDADE.....	76
5.4	PUBLICIDADE	77
5.4.1	Publicidade e Lei de Acesso à Informação.....	77
5.5	EFICIÊNCIA.....	79
5.6	INTERESSE PÚBLICO	80
5.7	PROIBIDADE ADMINISTRATIVA	81
5.8	IGUALDADE.....	82
5.9	PLANEJAMENTO	84
5.10	TRANSPARÊNCIA	84
5.11	SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.....	85
5.12	MOTIVAÇÃO	86
5.13	VINCULAÇÃO AO EDITAL	86
5.14	VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E FORMALISMO MODERADO	87
5.15	JULGAMENTO OBJETIVO.....	87
5.16	SEGURANÇA JURÍDICA	88
5.17	RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.....	88
5.18	COMPETITIVIDADE	90
5.19	DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	90
5.22	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	91
CAPÍTULO III – DAS DEFINIÇÕES		92
6.	DEFINIÇÕES LEGAIS.....	99
CAPÍTULO IV – DOS AGENTES PÚBLICOS		99
7.	LICITAÇÕES E DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS.....	101
7.4	DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.....	102
7.5	SEGREGAÇÃO DE RESPONSABILIDADES.....	102
8	AGENTE DE CONTRATAÇÃO.....	104
8.1	DA CONDIÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO OU DE EMPREGADO PÚBLICO	105
9	AGENTE PÚBLICO E VEDAÇÕES.....	106
10	DEFESA DOS AGENTES PÚBLICOS PELA ADVOCACIA PÚBLICA	107
TÍTULO II – DAS LICITAÇÕES.....		110
CAPÍTULO I – DO PROCESSO LICITATÓRIO		110
11.	DOS OBJETIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO	114
11.1	PROPOSTA MAIS VANTAJOSA (VANTAJOSIDADE).....	114

11.2	TRATAMENTO ISONÔMICO E JUSTA COMPETIÇÃO.....	115
11.3	EVITAR SOBREPREÇO, PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS E SUPERFATURAMENTO	115
11.4	INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	115
11.5	DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES.....	116
12.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....	116
12.1	DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	117
12.2	instrução normativa 01/2019 – Plano Anual de Contratações e Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.....	118
13	PUBLICIDADE E ACESSO AOS ATOS DO PROCEDIMENTO	119
14	VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	119
14.1	VEDAÇÃO DECORRENTE DE SANÇÃO E O REFLEXO EM TERCEIROS.....	120
14.2	VEDAÇÃO E AUTORIA DOS PROJETOS.....	120
14.2	VEDAÇÃO E CONTRATAÇÕES PARCIALMENTE FINANCIADAS POR AGÊNCIA OFICIAL DE COOPERAÇÃO ESTRANGEIRA OU POR ORGANISMO FINANCEIRO INTERNACIONAL.....	121
15	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NAS LICITAÇÕES.....	121
15.2	LIMITAÇÃO AO NÚMERO DE EMPRESAS NO CONSÓRCIO.....	123
15.3	ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO.....	123
15.4	REGULARIDADE JURÍDICA DO CONSÓRCIO.....	125
16	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NAS LICITAÇÕES.....	126
16.1	Contratação de cooperativas e IN 05/2017 (exposição ilustrativa).....	127
16.2	Cooperativas de trabalho e a Lei nº 12.690/2012.....	128
17	DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO	129
17.1	DO FORMATO ELETRÔNICO	130
17.2	DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA.....	130
17.4	DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÕES.....	130
	CAPÍTULO II – DA FASE PREPARATÓRIA	131
	Seção I – Da Instrução do Processo Licitatório	131
18.	DA FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO LICITATÓRIO	137
18.1	DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	138
18.1.1	ETP Digital.....	140
18.2	DEFINIÇÃO DO OBJETO	142
18.3	TERMO DE REFERÊNCIA	142
18.4	PROJETO BÁSICO.....	143
18.4.1	Projeto Básico e Elementos Mínimos.....	144
18.5	ANTEPROJETO DE ENGENHARIA	147
18.6	PROJETO EXECUTIVO	148
18.7	ANÁLISE DE RISCOS	149
18.8	A ANÁLISE DE MERCADO COMO COMPONENTE DE APERFEIÇOAMENTO DO PLANEJAMENTO.....	149
19	DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO COM COMPETÊNCIAS REGULAMENTARES.....	150
19.1	DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS	150
19.2	BUILDING INFORMATION MODELLING – BIM.....	151

20	DA VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE LUXO.....	152
21	AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONSULTA PÚBLICA.....	154
22	MATRIZ DE RISCOS.....	154
22.1	TAXA DE RISCOS.....	156
23	ESTIMATIVA DE PREÇOS (PESQUISA DE PREÇOS).....	156
23.1	PREÇO DE REFERÊNCIA, PREÇO DE MERCADO E PREÇO TRANSACIONAL.....	156
23.2	FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS.....	158
23.3	INEXATIDÃO DAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS (PESQUISA DE PREÇOS).....	159
23.3	PESQUISA DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES.....	160
23.4	PREÇO MÁXIMO X PREÇO ESTIMADO.....	161
23.5	PESQUISA COM FORNECEDORES.....	162
23.6	OUTRAS FORMAS EFICIENTES PARA Estimativa de preços.....	164
23.7	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	165
23.8	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR MUNICÍPIOS, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL.....	167
23.9	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS.....	167
23.10	ESTIMATIVA DE PREÇOS E RESPONSABILIDADE.....	167
24	ORÇAMENTO SIGILOSO.....	169
24.1	ORÇAMENTO SIGILOSO PARCIAL.....	170
24.2	ORÇAMENTO SIGILOSO e procedimento interno.....	171
24.3	ORÇAMENTO SIGILOSO e acesso pelo controle interno e externo.....	171
24.4	Orçamento sigiloso como opção discricionária.....	172
24.5	ORÇAMENTO SIGILOSO e momento de divulgação.....	173
24.6	ORÇAMENTO SIGILOSO E LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS.....	175
24.7	ORÇAMENTO SIGILOSO E ANÁLISE ECONÔMICA.....	176
24.8	ORÇAMENTO SIGILOSO E A POTENCIAL VANTAGEM ECONÔMICA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	177
24.9	ORÇAMENTO SIGILOSO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO.....	180
25	EDITAL.....	183
25.1	EDITAL E SIMPLIFICAÇÃO.....	184
25.2	PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS DE EDITAIS.....	184
25.3	ELEMENTOS LOCAIS NA PLANILHA DE CUSTOS.....	184
25.3	DA DIVULGAÇÃO.....	185
25.4	DA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....	185
25.5	DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	188
25.4	DO REAJUSTAMENTO.....	188
25.5	A EXIGÊNCIA DAS COTAS EM RELAÇÃO À MÃO DE OBRA DO CONTRATO.....	189
26	DA MARGEM DE PREFERÊNCIA.....	190
26.1	DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU TECNOLÓGICA OU ACESSO A CONDIÇÕES VANTAJOSAS DE FINANCIAMENTO.....	191
26.2	LICITAÇÕES RESTRITAS A BENS E SERVIÇOS COM TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO PAÍS.....	191

27. DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS FAVORECIDAS	191
Seção II – Das Modalidades de Licitação.....	191
28. MODALIDADES LICITATÓRIAS.....	194
28.1 VEDAÇÃO À CRIAÇÃO OU COMBINAÇÃO DE NOVAS MODALIDADES LICITATÓRIAS.....	195
28.2 MODALIDADES LICITATÓRIAS E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	195
29. CONCORRÊNCIA E PREGÃO.....	195
30 CONCURSO	197
31 LEILÃO.....	197
31.1 LEILÃO COMUM E LEILÃO ADMINISTRATIVO.....	198
31.2 LEILÃO ADMINISTRATIVO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS	198
31.3 TIPOS DE LEILÕES (INGLÊS, HOLANDÊS, PRIMEIRO PREÇO, VICKREY, ABERTO E FE- CHADO)	199
31.4 CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO	200
32 DIÁLOGO COMPETITIVO.....	201
32.1 APLICAÇÃO DO DIÁLOGO COMPETITIVO.....	202
32.2 DIÁLOGO COMPETITIVO E PROCEDIMENTO	203
32.3 ADMINISTRAÇÃO DIALÓGICA	204
32.4 DIÁLOGO COMPETITIVO E COMISSÃO.....	204
32.5 DIRETIVAS DA UNIÃO EUROPEIA 2014/24 E MODELOS DE PROCEDIMENTO CONCORRENCIAL DIALÓGICO E FLEXÍVEL	205
Seção III – Dos Critérios de Julgamento.....	207
33 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	209
34 MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO.....	210
34.1 DA AFERIÇÃO DO MENOR PREÇO PELO MAIOR DESCONTO EM TABELA OU PLANILHA	210
35 MELHOR TÉCNICA OU CONTEÚDO ARTÍSTICO.....	212
37 NUANCES COMUNS AOS CRITÉRIOS MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO	214
38 DA EXIGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAL INDICADO NA LICITAÇÃO, DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	215
39 MAIOR RETORNO ECONÔMICO	216
39.1 CONTRATO DE EFICIÊNCIA.....	217
Seção IV – Disposições Setoriais.....	219
Subseção I – Das Compras	219
40 DO PLANEJAMENTO DE COMPRAS.....	222
40.1 CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO.....	222
40.2 CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO PARA OBRAS E SERVIÇOS.....	224
40.3 TERMO DE REFERÊNCIA NAS COMPRAS	224
40.4 ESPECIFICAÇÃO DO BEM E PLANEJAMENTO.....	225
40.2 PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO	225
40.3 PARCELAMENTO (DIVISÃO) DA PRETENSÃO CONTRATUAL.....	226
40.3.1 Adjudicação por item	227
40.3.2 Adjudicação por Itens X Aglutinação de objetos	228
40.3.3 Adjudicação por Item e Empreitada por Preço Global	229

40.3.4. Item x Lote x Grupo	229
40.3.5. Divisão da Pretensão Contratual no Direito Europeu.....	231
41 LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE BENS	233
41.1 INDICAÇÃO DE MARCA	234
41.2 AMOSTRA.....	236
4.1.3 Vedação à Contratação de Marca ou Produto	237
41.4 Carta de Solidariedade.....	238
42 DA PROVA DE QUALIDADE DE PRODUTO.....	239
43 PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO	240
44 DA COMPRA OU LOCAÇÃO DE BENS.....	241
Subseção II – Das Obras e Serviços de Engenharia	241
45 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	243
45.1 PROJETO BÁSICO E IMPACTO AMBIENTAL	243
46 REGIMES DE EXECUÇÃO.....	244
46.1 EXECUÇÃO DIRETA X EXECUÇÃO INDIRETA.....	244
46.2 EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO	244
46.3 EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.....	245
46.4 EMPREITADA INTEGRAL	246
46.4.1 Empreitada Integral e Aditivos.....	247
46.5 TAREFA.....	248
46.6 CONTRATAÇÃO INTEGRADA.....	249
46.7 CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA	250
46.8 LIMITES AO REGIMES DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA	251
Subseção III – Dos Serviços em Geral	253
47 LICITAÇÕES DE SERVIÇOS – PRINCÍPIOS.....	255
47.1 SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DIVERSOS, AGLUTINAÇÃO E ADJUDICAÇÃO POR ITENS.....	255
48 TERCEIRIZAÇÃO.....	256
48.1 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	257
48.2 TERCEIRIZAÇÃO E O DILEMA: ATIVIDADE FIM VERSUS ATIVIDADE MEIO.....	258
48.3 VEDAÇÕES À TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS.....	262
48.4 REGRAS PARA OS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E CONTRATOS	264
48.5 TERCEIRIZAÇÃO E QUEBRA DA IMPESSOALIDADE.....	267
48.6 ÓRGÃOS PÚBLICOS E CONTRATAÇÕES DE “FACILITIES”.....	267
49 DA CONTRATAÇÃO SIMULTÂNEA.....	269
49.1 A QUESTÃO DA PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA.....	270
50 SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.....	271
50.1 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.....	271
50.2 GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO.....	272
50.3 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA, SETORIAL E PELO PÚBLICO USUÁRIO	272
50.4 GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO.....	274
50.5 REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS PELO FISCAL	274
50.6 PREPOSTO DA EMPRESA.....	275

Subseção IV – Da Locação de Imóveis	276
51 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS.....	276
Subseção V – Das Licitações Internacionais	276
52 LICITAÇÕES INTERNACIONAIS.....	277
CAPÍTULO III – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO	278
53 ANÁLISE PELO ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO.....	279
53.1 ADVOCACIA PÚBLICA E CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	279
53.2 DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE ACESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 8.666/93.....	281
53.3 O ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO NA LEI Nº 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES).....	283
53.4 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ACESSORIA JURÍDICA.....	283
53.5 PAPEL DE CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.....	285
53.6 DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTROLE DE LEGALIDADE EXERCICIO PELO ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO.....	286
53.7 EFEITOS DO DESRESPEITO AO CARÁTER PREVENTIVO DA ANÁLISE JURÍDICA.....	286
53.8 NATUREZA NÃO VINCULANTE DO PARECER JURÍDICO.....	287
53.9 ANÁLISE JURÍDICA E PARECERES SINTÉTICOS.....	288
53.10 ANÁLISE JURÍDICA E PARECER REFERENCIAL.....	289
53.11 DA DISPENSA DA ANÁLISE JURÍDICA PARA CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE.....	291
53.12 DOS VETOS AOS §§2º E 6º DO ARTIGO 53.....	291
53.13 PAPEL DE APOIO JURÍDICO A OUTROS SERVIDORES.....	293
53.13.1 Da Relevância do Apoio Jurídico Prestado pela Advocacia Pública.....	294
53.14 RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA JURÍDICO.....	296
53.14.1 Da Inviolabilidade do Advogado.....	297
53.14.2 Da Ausência de Competência do Tribunal de Contas para a Responsabilização do Advogado por sua Opinião Jurídica.....	298
53.14.3 Natureza da Atividade do Parecerista Jurídico.....	301
53.14.4 Responsabilização de Gestores e Parecerista Jurídico.....	303
53.14.5 Posição dp STF e Responsabilidade do Parecerista.....	304
53.14.5 TCU e Manifestação Jurídica Irrazoável.....	308
53.14.6 Posição da OAB.....	311
54 PUBLICIDADE DO EDITAL.....	312
54.1 VETO AO DISPOSITIVO QUE PREVIA PUBLICIDADE EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO.....	313
CAPÍTULO IV – DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES	313
55. PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES.....	315
55.1 MODIFICAÇÕES NO EDITAL, DIVULGAÇÃO E PRAZOS.....	316
56 DOS MODOS DE DISPUTA.....	317
56.1 VEDAÇÕES.....	318
56.2 LANCES INTERMEDIÁRIOS.....	319
56.3 REINÍCIO DA DISPUTA.....	319
56.4 LICITAÇÕES DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	320
56.4.1 Bonificações e Despesas Indiretas –BDI.....	320

57 DO INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	321
58 DA GARANTIA DA PROPOSTA.....	322
CAPÍTULO V – DO JULGAMENTO	322
59 DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS	324
59.1 DESCLASSIFICAÇÃO E SANEAMENTO	324
59.2 PREÇOS INEXEQUÍVEIS	326
59.3 EXEQUIBILIDADE E AS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	327
59.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE, JOGO DE CRONOGRAMA E JOGO DE PLANILHA	327
59.5 CRITÉRIOS DE INEXEQUIBILIDADE.....	329
59.6 DILIGÊNCIAS.....	329
59.7 DILIGÊNCIAS E DISCRICIONARIEDADE.....	330
59.8 FORMAS DE DILIGÊNCIA	330
59.9 DESCLASSIFICAÇÃO POR INEXEQUIBILIDADE E JUSTIFICATIVA	331
59.10 GARANTIA ADICIONAL	332
60 CRITÉRIOS DE DESEMPATE	332
61 NEGOCIAÇÃO	333
CAPÍTULO VI – DA HABILITAÇÃO.....	334
62 DA HABILITAÇÃO	338
62.1 Habilitação e Proporcionalidade	339
62.2 Habilitação e Disfunção	341
63 DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS GERAIS DE HABILITAÇÃO.....	341
63.1 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA MONITORADA (VISTORIA PRÉVIA).....	342
64 DILIGÊNCIAS	344
65 CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E PREVISÃO EDITALÍCIA	345
66 HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	345
67 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	346
67.1 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL	347
67.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ROL LEGAL EXAUSTIVO	347
67.3 HABILITAÇÃO E ATESTADOS	348
67.4 SOMATÓRIOS DE ATESTADOS	349
67.5 INDICAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CANTEIROS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL....	349
67.6 ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL.....	350
67.7 REGISTRO OU INSCRIÇÃO EM ENTIDADE PROFISSIONAL.....	351
67.8 DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL....	351
67.9 PROVA DE EXPERIÊNCIA POR DETERMINADO PERÍODO	352
67.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONSÓRCIO.....	352
67.11 OUTRAS NUANCES DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	353
68. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	353
68.1 REGULARIDADE FISCAL.....	354
68.1.1 Regularidade Fiscal e Limites Constitucionais.....	354
68.1.2 Regularidade Fiscal e Judicialização.....	354
68.1.3 Certidão de Regularidade Fiscal não Fornecida no Município do Licitante.....	357

68.1.4	Regularidade Fiscal e Compatibilidade com o Objeto Licitado	358
68.2	REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)	359
68.2.1	FUNDAMENTOS DA CNDT	360
68.2.2	CERTIDÃO TRABALHISTA E EXIGÊNCIA EM QUALQUER CONTRATAÇÃO	360
69	HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	361
69.1	BALANÇO PATRIMONIAL	362
69.2	FALÊNCIA	363
69.3	HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E VEDAÇÕES.....	364
69.4	REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA COMPRAS COM ENTREGA FUTURA, OBRAS E SERVIÇOS..	364
69.5	RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LICITANTE.....	365
70	MITIGAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	366
70.1	DISPENSA DE HABILITAÇÃO E REGULARIDADE COM A SEGURIDADE SOCIAL	367
	CAPÍTULO VII – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	368
71	DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	368
71.1	DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA	369
71.2	REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	369
71.3	ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO	370
71.4	AUTOTUTELA E DECADÊNCIA	371
71.5	INVALIDAÇÃO, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO	371
71.6	CONVALIDAÇÃO DE VÍCIO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.....	371
	CAPÍTULO VIII – DA CONTRATAÇÃO DIRETA	375
	Seção I – Do Processo de Contratação Direta	375
72	CONTRATAÇÃO DIRETA	376
72.1	CONTRATAÇÃO DIRETA E REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO.....	376
72.2	CONTRATAÇÃO DIRETA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	377
72.3	DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....	378
72.4	CONTRATAÇÃO DIRETA E ANÁLISE JURÍDICA OBRIGATÓRIA.....	378
72.5	JUSTIFICATIVA DO PREÇO.....	379
72.6	CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE E A COTAÇÃO COM OUTROS FORNECEDORES	381
72.7	PONDERAÇÃO ECONÔMICA SOBRE A JUSTIFICATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE	383
72.8	CONTRATAÇÃO DIRETA E DÉBITO COM A SEGURIDADE SOCIAL	385
73	CONTRATAÇÃO DIRETA E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA	386
	Seção II – Da Inexigibilidade de Licitação	387
74	INEXIGIBILIDADE	388
74.1	INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO	389
74.2	INEXIGIBILIDADE E JUSTIFICATIVA	390
74.3	INEXIGIBILIDADE E NÃO TAXATIVIDADE.....	391
74.4	CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR EXCLUSIVO.....	391
74.4.1	Delimitação da Exclusividade	392

74.4.2	Exclusividade Absoluta e Exclusividade Relativa	392
74.5	PROFISSIONAL DE SETOR ARTÍSTICO E INEXIGIBILIDADE	393
74.5.1	Contratação do Artista por Empresário Exclusivo	393
74.5.2	Contratações Artísticas e Concurso	394
74.6	Serviços Técnicos Especializados e Inexigíveis	394
74.6.1	Serviços Técnicos Profissionais Especializados	395
74.6.1.1	Serviços Técnicos Especializados e Participação do Corpo Técnico na Execução Contratual	396
74.6.2	Notória Especialização	396
74.6.2.1	Notória Especialização e Respeito à Impessoalidade	397
74.6.3	Da Não Exigência de Natureza Singular ao Serviço	398
74.6.4	Inexigibilidade E Contratação de Advogado e de Contador	400
74.6.5	Vedação Para Serviços De Publicidade.....	403
74.6.7	Lei Federal nº 12.232/2010 e Licitação de Serviços de Publicidade	403
74.7	OBJETOS QUE DEVAM OU POSSAM SER CONTRATADOS POR MEIO DE CREDENCIAMENTO.....	405
74.8	AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL CUJAS CARACTERÍSTICAS DE INSTALAÇÕES E DE LOCALIZAÇÃO TORNEM NECESSÁRIA SUA ESCOLHA.	406
74.8.1	REQUISITOS.....	407
74.8.2	DESNECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE UM ÚNICO IMÓVEL APTO.....	407
74.8.3	CONTRATAÇÃO DIRETA DE LOCAÇÃO SOB MEDIDA (BUILT TO SUILT)	408
Seção III – Da Dispensa de Licitação.....		410
75	DISPENSA.....	413
75.1	DISPENSA DE PEQUENO VALOR (INCISOS I E II).....	414
75.1.1	Dispensa de Pequeno Valor e Fracionamento Ilícito	414
75.1.2	Serviços de Manutenção de Veículos Automotores	416
75.1.3	Dispensa de Pequeno Valor e Consórcio Público	416
75.1.4	Dispensa de Pequeno Valor e Procedimento Eletrônico.....	417
75.1.5	Dispensa de Pequeno Valor e Aditivo para Aumento Contratual.....	418
75.2	LICITAÇÃO DESERTA E FRACASSADA	419
75.2.1	Do Prazo de 01 (Um) Ano da Realização da Licitação	419
75.2.2	Da Manutenção das Condições Definidas no Anterior Edital	420
75.2.3	Licitação Deserta ou Fracassada e Sistema de Registro de Preços	421
75.3	AQUISIÇÃO DE COMPONENTES VINCULADA À GARANTIA (INC. IV, ALÍNEA A)	421
75.4	DISPENSA EM FACE A ACORDO INTERNACIONAL (INC. IV, ALÍNEA B).....	421
75.5	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA C).....	422
75.6	CONTRATAÇÃO POR INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA D).....	422
75.7	COMPRAS DE GÊNEROS PERECÍVEIS (INC. IV, ALÍNEA E).....	423
75.8	COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E DEFESA NACIONAL (INC. IV, ALÍNEA F)	423
75.9	PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL MILITAR (INC. IV, ALÍNEA G).....	423
75.10	CONTINGENTES MILITARES (INC. IV, ALÍNEA H).....	424
75.11	ABASTECIMENTO DE EMBARCAÇÕES, AERONAVES E TROPAS (INC. IV, ALÍNEA I)	424
75.12	RESÍDUOS SÓLIDOS (INC. IV, ALÍNEA J).....	424

75.13 OBRA DE ARTE E OBJETOS HISTÓRICOS (INC. IV, ALÍNEA K)	425
75.14 CONTRATAÇÕES DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO CIENTÍFICA (INCISO V)	425
75.15 CONTRATAÇÃO QUE POSSA ACARREAR COMPROMETIMENTO DA SEGURANÇA NACIONAL (INCISO VI)	430
75.16 DECLARAÇÃO DE GUERRA E PERTURBAÇÃO A ORDEM (INCISO VII)	430
75.17 EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA (INCISO VIII)	431
75.17.1 Dispensa Emergencial e Desídia do Gestor Público.....	432
75.17.2 Gestor Desidioso e Responsabilização.....	432
75.17.3 Contratação Emergencial e Contingenciamento	433
75.17.4 Contratação Emergencial e Prorrogação.....	433
75.17.5 Situação Emergencial ou de Calamidade e Discricionariedade da Contratação Direta	434
75.17.6 Dispensa Emergencial e Sublimação da Fase Interna.....	435
75.18 CONTRATAÇÃO DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (INCISO IX).....	436
75.19 INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (INCISO X)	436
75.20 CONTRATO DE PROGRAMA EM CONSÓRCIO PÚBLICO OU CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO (INCISO XI)	437
75.20.1 Consórcio Público.....	438
75.20.2 Contrato de Programa.....	438
75.21 CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O SUS (INCISO XII)	439
75.22 ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (INCISO XIV)	440
75.23 DISPENSA PARA PESQUISA, ENSINO, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OU RECUPERAÇÃO SOCIAL DE PRESOS (inc. xV)	440
75.23.1 Instituição e Pertinência com o Objeto Contratado	441
75.23.2 A Dispensa do Inciso XV e a Subcontratação	441
75.23.3 Pluralidade de Instituições e Licitação	442
75.24 AQUISIÇÃO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA A SAÚDE (INCISO XVI)	443
CAPÍTULO IX – DAS ALIENAÇÕES	443
76 DAS ALIENAÇÕES DE BENS PÚBLICOS.....	445
76.1 AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA	446
76.2 DOAÇÃO EM PAGAMENTO	447
76.3 DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO	447
76.4 ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E ABUSO ADMINISTRATIVO	448
76.5 DESAFETAÇÃO.....	448
77 ALIENAÇÃO E DIREITO DE PREFERÊNCIA	449
CAPÍTULO X – DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES	449
Seção I – Dos Procedimentos Auxiliares	449
78 PROCEDIMENTOS AUXILIARES.....	450
Seção II – Do Credenciamento	451
79 CREDENCIAMENTO.....	451
79.1 CREDENCIAMENTO E NATUREZA JURÍDICA	452
79.2 CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÕES DIRETAS	453

79.3	CREDENCIAMENTO E APLICABILIDADE.....	454
79.3.1	Contratação Paralela e não Excludente.....	454
79.3.2	Seleção a Critério de Terceiros.....	455
79.3.3	Mercados Fluidos.....	456
79.4	CREDENCIAMENTO E BALIZAS LEGAIS.....	457
79.5	CREDENCIAMENTO E REMUNERAÇÃO	458
79.6	CREDENCIAMENTO E ESCOLHA DO FORNECEDOR	458
79.7	DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	459
79.8	CREDENCIAMENTO E FIXAÇÃO DE PREÇOS NAS HIPÓTESES COMPATÍVEIS	459
79.9	CREDENCIAMENTO E REAJUSTE	460
79.10	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E E-MARKETPLACE.....	460
79.11	POTENCIALIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO E-MARKETPLACE PÚBLICO NO BRASIL	466
Seção III – Da Pré-Qualificação.....		468
80.	PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE.....	469
80.1.	CARÁTER PERMANENTE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO.....	470
80.2	ESPÉCIES.....	471
80.3	A PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DA LEI Nº 14.133/2021 E A PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE LICITANTES DA LEI Nº 8.666/93.	472
80.4	DO PROCEDIMENTO	473
80.5	LICITAÇÃO RESTRITA AOS PRÉ-QUALIFICADOS	474
Seção IV – Do Procedimento de Manifestação de Interesse.....		475
81	PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE.....	476
Seção V – Do Sistema de Registro de Preços.....		478
82	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	480
82.1	PARÂMETROS E CONDIÇÕES LEGAIS PARA APLICAÇÃO NO SRP	481
82.2	CARACTERÍSTICAS DO SRP	482
82.3	CONDIÇÕES PARA A ADOÇÃO DO SRP.....	483
82.4	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES DIRETAS.....	483
82.4.1	Registro de Preços para Contratações Diretas e Mercados com Preços Voláteis (Fluidos)	484
82.5	SRP E MENOR PREÇO POR GRUPO.....	485
82.6	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE	487
82.7	ADOÇÃO DO SRP PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS.....	489
82.8	SRP E REGIME DE EXECUÇÃO	491
82.9	CADASTRO DE RESERVA	491
83.	A INEXISTÊNCIA DA OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAR.....	492
83.1	SRP, PRETENSÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ	493
83.2	SRP E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	493
84	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	494
84.1	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS X CONTRATO ADMINISTRATIVO	494
84.2	PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA.....	495

84.3	VALIDADE DA ATA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	495
84.4	INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA.....	496
84.5	SRP E ACRÉSCIMOS DOS QUANTITATIVOS CONTRATADOS	497
84.6	PRORROGAÇÃO DA ATA E RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS FIXADOS NA LICITAÇÃO	497
84.7	OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR E NOTA DE EMPENHO ENCAMINHADA APÓS O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA.....	497
84.8	PREÇOS REGISTRADOS: REVISÃO ECONÔMICA E NEGOCIAÇÃO	498
85	REGISTRO DE PREÇOS PARA OBRAS.....	502
86	INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS.....	503
86.1	DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP.....	504
86.2	ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E O NÃO PARTICIPANTE (“CARONA”).....	505
86.3	O ÓRGÃO PARTICIPANTE E A EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	505
86.4	ARP E OS ASPECTOS SUBJETIVOS IMPACTANTES NO PREÇO	506
86.5	DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	507
86.6	NATUREZA JURÍDICA DA ADESÃO.....	507
86.7	ADESÃO E LIMITES	508
86.7.1	Limites Subjetivos	510
86.7.2	Limite Quantitativo Individual.....	510
86.7.3	Limite Quantitativo Global.....	511
86.7.4	Limite Temporal.....	511
86.7.5	Limite Formal.....	512
86.7.6	Limite Lógico	512
86.7.7	Limite Procedimental.....	513
86.8	ADESÃO À ATA E ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS ORIGINAIS.....	514
86.9	ADESÃO DE ÓRGÃOS FEDERAIS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DE ENTIDADES DO “SISTEMA S”	514
86.10	ADESÃO DE ENTIDADES PRIVADAS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES FEDERAIS	515
86.11	DA ADESÃO EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	515
86.12	SRP E CONVÊNIOS	516
86.13	SRP E APLICAÇÃO DE SANÇÕES.....	517
86.14	DA RECUSA DO FORNECEDOR REGISTRADO.....	518
86.15	POSSIBILIDADE DE SANCIONAMENTO PELA RECUSA DE FORNECIMENTO AO CARONA.....	518
Seção VI – Do Registro Cadastral		519
87	DO REGISTRO CADASTRAL	520
87.1	SICAF e SISG e a GÊNESE DA IDEIA DO REGISTRO CADASTRAL COMO PROCEDIMENTO AUXILIAR	521
87.2	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E O REGISTRO CADASTRAL UNIFICADO	522
87.3	REGISTRO CADASTRAL E O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	523
87.4	REGISTRO CADASTRAL E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CONTRATANTE.....	524

TÍTULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	524
CAPÍTULO I – DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.....	524
88 CONTRATO ADMINISTRATIVO	529
89.1 CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	530
89.2 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	531
89.3 BREVE APONTAMENTO SOBRE A INCOMPLETUDE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO ...	532
90 CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO.....	533
90.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	533
90.2 CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE	534
90.3 LICITANTE REMANESCENTE E SANCIONAMENTO	535
90.4 PROCEDIMENTO APÓS ASSINATURA DO CONTRATO OU INÍCIO DA EXECUÇÃO	535
91 FORMALISMO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	536
91.1 RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.....	537
91.2 RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E ELEMENTOS CONDICIONANTES.....	538
91.3 RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E BOA-FÉ CONTRATUAL	539
92 CLÁUSULAS NECESSÁRIAS.....	540
92.1 ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO E QUITAÇÃO	541
92.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	541
92.3 LIQUIDAÇÃO DE DESPESA	541
92.4 PERÍODO ANTECEDENTE.....	542
92.5 REAJUSTE E OBRIGATORIEDADE.....	542
93. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS	543
94 PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).....	543
94.1 CONTRATAÇÕES URGENTES, EFICÁCIA PRECÁRIA E CONVALIDAÇÃO DE EVENTUAL ATRASO NA PUBLICIDADE DO ATO	544
94.2 CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E DIVULGAÇÃO	544
95 OBRIGATORIEDADE E FACULTATIVIDADE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	545
95.1 HIPÓTESES DE FACULTATIVIDADE DE USO DO INSTRUMENTO E INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA	546
95.2 ORDEM DE SERVIÇO OU SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO	547
95.3 CONTRATO VERBAL.....	547
CAPÍTULO II – DAS GARANTIAS.....	548
96 GARANTIA CONTRATUAL.....	549
96.1 GARANTIA E DISCRICIONARIEDADE.....	550
96.2 MODALIDADES DE GARANTIA E OPÇÃO PELO CONTRATAÇÃO	550
96.3 CAUÇÃO	551
96.4 SEGURO GARANTIA	552
96.5 FIANÇA BANCÁRIA.....	553
97 SEGURO GARANTIA E ESPECIFICIDADES.....	553
98 GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO.....	554
98.1 GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUA-DA.....	554

99	GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO E CLÁUSULA DE RETOMADA (STEP-IN).....	554
99.1	OBJETOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO DA GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO	555
99.2	OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO	556
99.3	CONEXÃO DO ARTIGO 99 COM O ARTIGO 102.....	556
100	LIBERAÇÃO OU RESTITUIÇÃO DA GARANTIA.....	556
101	ENTREGA DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO E VALOR DA GARANTIA.....	556
102	SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA	557
102.1	PERFORMANCE BOND.....	558
102.2	PERFORMANCE BOND VANTAGENS E RISCOS.....	559
102.3	SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E REGRAS LEGAIS	561
102.3	CLÁUSULA DE RETOMADA E OBRIGATORIEDADE.....	562
	CAPÍTULO III – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS	563
103	MATRIZ DE RISCOS	563
103.1	ALOCAÇÃO DE RISCOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA	565
103.2	COBERTURA POR SEGURADORAS E ALOCAÇÃO DE RISCOS.....	567
103.3	ALOCAÇÃO DE RISCOS E MENSURAÇÃO VALOR ESTIMADO (TAXA DE RISCOS).....	567
	CAPÍTULO IV – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	568
104	PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁUSULAS EXORBITANTES).....	569
104.1	FISCALIZAÇÃO.....	570
104.2	APLICAÇÃO DE SANÇÕES.....	571
104.3	OCUPAÇÃO PROVISÓRIA	571
104.3.1	Ocupação Provisória e Serviços Essenciais.....	572
104.3.2	Ocupação Provisória e Serviços Terceirizados	573
104.4	IMPOSIÇÃO DE ÔNUS ESPECIAIS.....	573
	CAPÍTULO V –	
	DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS	574
105	DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E O AVANÇO EM RELAÇÃO À LEI Nº 8.666/93	575
105.1	ORÇAMENTO	576
105.2	EXIGÊNCIA DE PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL	578
106	FORNECIMENTOS CONTÍNUOS	579
106.1	CARACTERIZAÇÃO COMO FORNECIMENTOS CONTÍNUOS (DE BENS OU SERVIÇOS)	579
106.2	INAPLICABILIDADE DA MODELAGEM OBRIGATÓRIA DADA AOS SERVIÇOS CONTÍNUOS.....	580
106.3	DIRETRIZES PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS..	580
106.3.1	Atestação de Vantagem Econômica na Contratação Plurianual	581
106.3.2	Existência de Créditos Orçamentários e Vantagem na Continuidade Contratual..	581
106.3.3	Extinção do Contrato pela Ausência de Crédito Orçamentário ou pela Ausência de Vantagem em sua Continuidade	582
107	PRORROGAÇÃO (RENOVAÇÃO) ATÉ A VIGÊNCIA DECENAL	582
107.1	PRORROGAÇÃO X RENOVAÇÃO.....	583
107.2	PERÍODOS SUCESSIVOS.....	584
107.3	REQUISITOS.....	584

107.3.1 Renovação e Previsão Editalícia.....	585
107.3.2 Renovação e “Vantajosidade”	585
107.3.3 Pesquisa de Preços e Renovação de Contratações de Prestação Continuada	586
107.4 RENOVAÇÃO CONTRATUAL E PASSOS FORMAIS	589
107.5 PRORROGAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	590
107.6 RENOVAÇÃO (PRORROGAÇÃO) CONTRATUAL E IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO NAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS.....	591
108 CONTRATOS ESPECÍFICOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DECENAL	591
109 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA.....	592
109.1 CONVÊNIOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA	594
110 VIGÊNCIA NO CONTRATO DE EFICIÊNCIA.....	595
111 CONTRATOS POR ESCOPO E PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA.....	595
112 PRAZOS CONTRATUAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	597
113 VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO.....	598
114 VIGÊNCIA DOS CONTRATOS PARA OPERAÇÃO CONTINUADA DE SISTEMAS ESTRUTURANTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	598
CAPÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	598
115 DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.....	600
115.1 SUSPENSÃO DO CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	600
115.2 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	601
115.3 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA X TERMO ADITIVO	601
116 CONTRATO E RESERVA DE CARGOS.....	602
117 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	603
117.1 GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO	603
117.1.1 Espécies de Fiscalizações	604
117.2 ESPÉCIES DE FISCALIZAÇÕES.....	605
117.3 FISCAL DO CONTRATO E TERCEIRIZAÇÃO	606
117.4 REGISTRO PELO FISCAL	607
117.5 FISCALIZAÇÃO E VEDAÇÕES A ATOS DE INGERÊNCIA.....	608
117.6 FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO	608
118 PREPOSTO DA EMPRESA.....	609
119 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR VÍCIOS.....	610
120 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR DANOS.....	611
121 RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E COMERCIAL	611
121.1 CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO (STF ADC 16).....	612
121.2 ENUNCIADO 331 DO TST.....	613
121.3 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO POR DÉBITOS TRABALHISTAS	614
121.4 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E CONTRATO DECORRENTE DE OBRA.....	618
121.4.1 Instrução Normativa nº 06/18 e Cláusulas Assecuratórias de Direitos Trabalhistas Quando da Execução Indireta de Obras Públicas	618
121.5 LIMITES AMPLOS DA RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA.....	620
121.6 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E DESVIO DE FUNÇÃO.....	620

121.7 CONVÊNIOS E RESPONSABILIDADE TRABALHISTA DO CONVENENTE.....	620
121.8 CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO E CONTA VINCULADA	622
121.9 CONTRATOS DE EVENTO MUSICAL E RESPONSABILIZAÇÃO PELO PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS.....	623
121.10 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA	624
122 SUBCONTRATAÇÃO	624
122.1 SUBCONTRATADO E EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO	624
123 DECISÃO ADMINISTRATIVA E DEVER DE EMISSÃO.....	625
CAPÍTULO VII – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS.....	626
124 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.....	628
124.1 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS	629
124.2 ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS	630
124.3 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS-QUANTITATIVAS.....	630
124.4 ALTERAÇÃO UNILATERAL E MOTIVAÇÃO.....	630
124.5 ALTERAÇÃO UNILATERAL E AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO CONTRATO	631
124.6 ALTERAÇÃO CONSENSUAL	631
124.7.1 Alteração Consensual e Substituição da Garantia de Execução	632
124.7.2 Alteração Consensual e Mudança do Regime de Execução.....	632
124.7.3 Mudança da Forma de Pagamento e Vedação à Antecipação de Pagamento.....	635
124.8 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	637
124.8.1 Objeto do Reequilíbrio Econômico	638
124.8.2 Reequilíbrio Econômico e Termo Aditivo.....	639
124.8.3 Reequilíbrio econômico e Variação de Taxa Cambial	640
124.8.4 Reequilíbrio Econômico e Alocação do Risco pelo Contrato (Matriz de Riscos)	641
124.8.5 Cumulação de Reajuste e Reequilíbrio Econômico.....	641
124.9 FALHA NO PROJETO E RESPONSABILIDADE.....	642
125 ALTERAÇÕES UNILATERAIS E LIMITES	642
125.1 LIMITES E INCIDÊNCIA PARA ALTERAÇÕES QUALITATIVAS OU QUANTITATIVAS.....	643
125.2 LIMITES E ALTERAÇÕES CONSENSUAIS.....	645
125.3 ATUALIZAÇÃO DO VALOR E INCIDÊNCIA DOS LIMITES PERCENTUAIS	646
125.4 LIMITES PERCENTUAIS E PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS.....	646
125.6 LIMITES PERCENTUAIS E PLURALIDADE DE ITENS.....	647
125.7 CUMULAÇÃO ENTRE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.....	648
125.8 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E NÃO RENOVAÇÃO ANUAL DO LIMITE LEGAL	650
125.9 CONTRATOS SOB DEMANDA	650
125.10 ALTERAÇÕES UNILATERAIS E ECONOMIA DE ESCALA	651
126 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E NÃO TRANSFIGURAÇÃO DO OBJETO	652
127 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E FIXAÇÃO DOS PREÇOS	652
128 ADITAMENTOS E PROPORÇÃO ENTRE VALOR GLOBAL DO CONTRATO E O PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA	653
129 INDENIZAÇÃO PELOS MATERIAIS JÁ ADQUIRIDOS.....	654
130 ALTERAÇÃO UNILATERAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO	654

131 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E PRECLUSÃO LÓGICA.....	655
132 ADITIVO CONTRATUAL	656
133 CONTRATAÇÃO INTEGRADA, SEMI-INTEGRADA E ALTERAÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS.	657
134 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO	657
134.1 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	658
134.2 REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO.....	659
134.2.1 Reajuste, Anualidade e Marco Inicial.....	659
134.2.2 Reajuste E Requerimento Formal.....	660
134.2.3 Reajuste Antes de um Ano de Vigência Contratual.....	661
134.2.4 Obrigatoriedade da Previsão do Reajuste no Edital ou Contrato.....	662
134.2.5 Impossibilidade de Concessão Ordinária de Reajuste, sem Previsão no Edital ou Contrato	662
134.2.6 Contrato, sem Previsão de Reajuste, que Suplante a Anualidade por Culpa da Administração	664
134.2.7 Reajuste e Preclusão Lógica.....	665
134.3 REPACTUAÇÃO	667
134.4 ALTERAÇÃO TRIBUTÁRIA E REPERCUSSÃO ECONÔMICA	667
134.5 PERDA DO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	668
134.6 ADOÇÃO DE ALÍQUOTAS EQUIVOCADAS NA PROPOSTA E VEDAÇÃO À UNILATERAL ALTERAÇÃO POSTERIOR, PELA ADMINISTRAÇÃO.....	669
135 REPACTUAÇÃO.....	674
135.1 REPACTUAÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS.....	675
135.2 REPACTUAÇÃO E SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	676
135.3 CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO COMO “COM” OU “SEM” DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	677
135.4 REPACTUAÇÃO E ANÁLISE DE PLANILHA	678
135.5 MOMENTO DE INCIDÊNCIA DA REPACTUAÇÃO	679
135.6 REPACTUAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS	680
135.7 CRITÉRIO DA REPACTUAÇÃO PARA CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO (INSUMOS DIVERSOS).....	682
135.8 REPACTUAÇÃO COMO DIREITO DO CONTRATADO E A PRECLUSÃO LÓGICA ADMINISTRATIVA.....	683
135.9 PRECLUSÃO LÓGICA PARCIAL.....	687
135.10 REPACTUAÇÃO E CATEGORIAS PROFISSIONAIS NÃO ALCANÇADAS PELA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.....	687
135.11 REPACTUAÇÃO E SALÁRIO MÍNIMO.....	688
135.12 REPACTUAÇÃO E REMUNERAÇÃO MAIOR QUE O PISO SALARIAL ALTERADO	689
135.13 REPACTUAÇÃO, APOSTILAMENTO E ANÁLISE PELA ASSESSORIA JURÍDICA	690
135.14 PLANILHAS	691
135.15 IRPJ E CSLL EM PLANILHAS DE CUSTOS.....	691
136 APOSTILA	691

CAPÍTULO VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	692
137 EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	694
137.1 SITUAÇÕES QUE PODEM GERAR A EXTINÇÃO DO CONTRATO	695
137.2 EXTINÇÃO E DEVIDO PROCESSO LEGAL	696
137.3 EXTINÇÃO CONTRATUAL E CAUTELAR ADMINISTRATIVA	698
137.4 EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS.....	698
137.5 ATRASO NO PAGAMENTO COMO INSTRUMENTO DE CORRUPÇÃO	699
137.6 SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	699
137.6.1 Da Suspensão Unilateral pela Administração	700
137.6.2 Da Suspensão Unilateral pelo Particular	701
137.6.3 Da Suspensão Contratual Consensual.....	703
137.6.4 Da Alteração Contratual para Sustação ou Alteração de Parte da Execução Contratual (Suspensão Parcial)	703
137.7 DOS EFEITOS DECORRENTES DA SUSPENSÃO.....	704
137.7.1 Dos Efeitos Decorrentes da Suspensão Integral.....	704
137.7.2 Dos Efeitos Decorrentes da Suspensão Parcial.....	705
137.8 DA FORMALIZAÇÃO DA SUSPENSÃO.....	706
137.9 EXTINÇÃO DE CONVÊNIOS E PROCESSAMENTO SEM CONTRADITÓRIO E AMPLA DE- FESA	706
138 ESPÉCIES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL (UNILATERAL, CONSENSUAL, ARBITRAL OU JUDICIAL).....	708
138.1 LIMITES PARA A EXTINÇÃO CONSENSUAL	708
138.2 JUÍZO ARBITRAL	710
138.3 EXTINÇÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO	711
139 CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO UNILATERAL.....	712
CAPÍTULO IX – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO	714
140 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E RECEBIMENTO DEFINITIVO	715
140.1 GLOSA.....	716
CAPÍTULO X – DOS PAGAMENTOS	717
141 DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS	718
141.1 IMPORTÂNCIA DO RESPEITO À ORDEM CRONOLÓGICA	719
141.2 DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA QUE SEJA RESPEITADA A ORDEM CRONOLÓGICA	720
141.3 OPERAÇÃO DE CRÉDITO GARANTIDA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	722
142 PAGAMENTO ATRAVÉS DE CONTA VINCULADA OU PELA COMPROVAÇÃO DO FATO GERADOR...	724
143 PARTE INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO E DIREITO AO PAGAMENTO.....	725
144 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.....	725
144.1 DA MOTIVAÇÃO	726
144.2 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E PAGAMENTO	726
144.3 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E LIMITE ORÇAMENTÁRIO.....	727
144.5 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E ORÇAMENTO SIGILOSO.....	728
144.4 EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	728
145 PAGAMENTO ANTECIPADO	729

145.1 PAGAMENTO ANTECIPADO EM UMA SUCINTA PERSPECTIVA ECONÔMICA	731
145.2 PAGAMENTO ANTECIPADO E A NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA.....	732
146 LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS E COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	735
CAPÍTULO XI – DA NULIDADE DOS CONTRATOS	735
147 NULIDADE DOS CONTRATOS.....	736
147.1 CONVALIDAÇÃO ADMINISTRATIVA	738
148 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E EFEITOS PROSPECTIVOS.....	742
149 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO	743
150 CONTRATAÇÕES E INDICAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	744
150.1 FALTA DE APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	745
CAPÍTULO XII – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	746
151 MEIOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	746
151.1 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONTRATUAIS E AS CÂMARAS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS – LEI Nº 13.140/2015	747
152 ARBITRAGEM DE DIREITO	750
153 TERMO ADITIVO PARA INCLUSÃO DE CLÁUSULA ARBITRAL	750
154 PROCESSO DE ESCOLHA DOS ÁRBITROS	750
TÍTULO IV – DAS IRREGULARIDADES	751
CAPÍTULO I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	751
155 REGRAMENTO SOBRE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	754
155.1 INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	755
155.2 SUJEITO PASSIVO das sanções.....	758
156 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS LICITAÇÕES	759
156.1 DA ADVERTÊNCIA	759
156.2 DA MULTA.....	761
156.2.1 Efeito da Multa	761
156.3 DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR	761
156.3.1 Efeitos da Sanção Impedimento de Licitar e Contratar	762
156.3.2 Amplitude da Sanção Impedimento	762
156.3.3 Prazo da Sanção Impedimento	763
156.4 DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR.....	763
156.4.1 Declaração de Inidoneidade e Efeitos	763
156.4.2 Amplitude da Sanção Declaração de Inidoneidade.....	763
156.4.3 Prazo da Sanção Declaração de Inidoneidade.....	764
156.4.4 TCU e Declaração de Inidoneidade.....	764
156.5 APLICAÇÃO DA RESTRIÇÃO GERADA PELAS SANÇÕES IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, DURANTE O CERTAME.....	765
156.6 EFEITO RESTRITIVO DAS SANÇÕES E A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS.....	766
156.7 AFASTAMENTO CAUTELAR DOS EFEITOS RESTRITIVOS DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	767

SUMÁRIO

156.8	COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES	768
156.8.1	Declaração de Inidoneidade e Competência Exclusiva.....	770
156.8.2	Declaração de Inidoneidade e Conselhos Profissionais.....	770
156.8.3	Aplicação de Sanção por Autarquia e Recurso Para Ministro.....	772
156.9	APLICAÇÃO DAS SANÇÕES	772
157	PROCESSAMENTO DA MULTA.....	773
158	DO PROCESSO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, E DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.....	774
158.1	PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA	776
159	DOS ATOS LESIVOS DA LEI Nº 12.846/2013 – APURAÇÃO E JULGAMENTO CONJUNTO	776
160	DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	777
161	PUBLICIDADE NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS) E NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP)	782
162	MULTA MORATÓRIA.....	782
163	REABILITAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO	782
CAPÍTULO II – DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS.....		783
164	DAS IMPUGNAÇÕES.....	784
164.1	ACOLHIMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	785
165	RECURSO ADMINISTRATIVO.....	786
165.1	PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	786
165.2	ESPÉCIES DE RECURSOS NA LEI Nº 14.133/2021 E SEU RITO.....	787
165.3	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO RECURSO	790
165.4	RECURSO E AUTORIDADE INCOMPETENTE	790
166	RECURSO E AS SANÇÕES DE ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR	791
166.3	NÃO CABIMENTO DE RECURSO HIERÁRQUICO PRÓPRIO, PARA O MINISTRO DE ESTADO, EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES, POR AUTARQUIA SUPERVISIONADA	791
166.4	DO PARECER VINCULANTE AC 51 DA AGU.....	796
167	PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE	798
168	EFEITO SUSPENSIVO	798
CAPÍTULO III – DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES.....		799
169	O CONTROLE NAS CONTRATAÇÕES	801
169.1	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE DE CONTROLE	801
169.2	AS LINHAS DE DEFESA.....	803
169.3	PREMISSAS DE ATUAÇÃO DAS LINHAS DE DEFESA.....	805
170	ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	805
171	FISCALIZAÇÃO DE CONTROLE.....	806
171.1	DA SUSPENSÃO CAUTELAR DO PROCESSO LICITATÓRIO	807
172	SÚMULAS DO TCU E VINCULAÇÃO (VETADO).....	808
173	DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E EMPREGADOS PÚBLICOS.....	810

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS	811
CAPÍTULO I – DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	811
174 PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)	812
174.1 DO OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS	814
174.2 REALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DE TODOS OS ENTES FEDERATIVOS	815
174.3 COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	816
175 POSSIBILIDADE DE DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS PRIVADOS..	817
175.1 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133 ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO PNCP	817
176 REGRAS ESPECÍFICAS PARA MUNICÍPIOS COM ATÉ 20.000 (vinte mil) HABITANTES	820
CAPÍTULO II – DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	821
177 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	824
178 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO PENAL	824
179 ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 8.987/1995)	824
180 ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 11.079/2004)	824
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS	824
181 CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS	826
181.1 CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS	827
181.2 CONSÓRCIO PÚBLICO	827
182.3 COMPRAS COMPARTILHADAS SEM UTILIZAÇÃO DO SRP	827
182.4 COOPERAÇÃO E COMPRAS COMPARTILHADAS ENTRE ÓRGÃOS CONTRATANTES NA UNIÃO EUROPEIA	828
182 ATUALIZAÇÃO DOS VALORES FIXADOS PELA LEI Nº 14.133/2021	830
183 DOS PRAZOS INDICADOS NA LEI Nº 14.133/21	830
184 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/21 AOS CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	831
184.1 CONVÊNIOS, TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E CONTRATO DE REPASSE	832
184.2 TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	834
184.3 UTILIZAÇÃO DISSIMULADA DO CONVÊNIO, EM DETRIMENTO DE UM CONTRATO ADMINISTRATIVO	835
184.4 CONVÊNIOS E DENÚNCIA PELO CONVENIENTE	836
184.5 CONVÊNIOS (EM SENTIDO AMPLO) COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATI- VOS	838
184.6 CONVÊNIOS COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS, E DESPESAS ADMI- NISTRATIVAS	839
184.7 CONVÊNIOS COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS, E REMUNERAÇÃO DA EQUIPE	840
184.8 CONVÊNIOS COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS, E CHAMAMENTO PÚBLICO	841
185 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/21 ÀS ESTATAIS	842
186 APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA	842
187 LICITAÇÕES E PODER REGULAMENTAR	842
187.1 PODER REGULAMENTAR X PODER HIERÁRQUICO	844

187.2 PODER REGULAMENTAR X PODER NORMATIVO	846
187.3 REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 PELOS DEMAIS ENTES FEDERATIVOS	846
187.4 APLICAÇÃO DOS REGULAMENTOS EDITADOS PELA UNIÃO, PELOS DEMAIS ENTES.....	847
188 REGULAMENTAÇÃO EM NORMATIVO ÚNICO (VETADO).....	848
189 DAS REFERÊNCIAS EXPRESSAS AOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS.....	849
190 DOS CONTRATOS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.133/21	849
191 DA ESCOLHA DO REGIME LICITATÓRIO	850
192 CONTRATO RELATIVO A IMÓVEL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO.....	851
193 REVOGAÇÃO DOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS.....	851
194 VIGÊNCIA DA LEI.....	852

PARTE 1 LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (COMENTADA)

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....	855
Capítulo I – Disposições Preliminares	855
1. OBSERVAÇÃO	858
2. SÍNTESE SOBRE A EVOLUÇÃO DO ESTADO.....	858
3. PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	863
4. REGULAMENTO E CONTRATAÇÃO DE OBRAS	865
5. SÍNTESE HISTÓRICA.....	866
Capítulo II – Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte.....	868
6. LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E O TRATAMENTO DIFERENCIADO NAS LICITAÇÕES.....	871
7. PERTINÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO.....	873
8. PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO	874
8.1 PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E SERVIÇOS CONTÍNUOS	876
9. PARTICIPAÇÃO DE ME OU EPP EM CERTAME COM VALOR MAIOR QUE O RESPECTIVO ENQUADRAMENTO.....	876
10. INFORMAÇÃO FALSA E RESPONSABILIDADE.....	877
11. SERVIÇO DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA E NÃO INCIDÊNCIA DO SIMPLES NACIONAL.....	879
12. PESSOAS EQUIPARADAS A ME/EPP (COOPERATIVAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), PRODUTOR RURAL E AGRICULTOR FAMILIAR)	881
Capítulo V – Do Acesso aos Mercados.....	883
Seção única – Das Aquisições Públicas	883
13. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA POSTERGADA.....	883
13.1 TRATAMENTO DIFERENCIADO E DÉBITOS COM A SEGURIDADE SOCIAL.....	885
13.2. COMENTÁRIOS À REGULARIDADE POSTERGADA	885
14. EMPATE FICTO	886
14.1 UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO DESEMPATE FICTO	887
14.2 CONDIÇÃO COMO MICROEMPRESA E VERIFICAÇÃO	888
14.3 EMPATE FICTO E PROCEDIMENTO DE DESEMPATE.....	888

15. PRAZO PARA NOVAS PROPOSTAS.....	889
16. DESEMPATE FICTO E DESESTÍMULO À ECONOMICIDADE	890
17. DESEMPATE FICTO E OBRIGATORIEDADE.....	890
18. LICITANTE COELHO E DESEMPATE FICTO.....	891
19. DEMAIS MODALIDADES E PRAZO PARA DESEMPATE FICTO.....	891
20. CÉDULA DE CRÉDITO MICROEMPRESARIAL	892
21. LIQUIDAÇÃO DA DESPESA	892
22. LICITAÇÕES DIFERENCIADAS	893
22.1. DA APROVAÇÃO DE LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA POR ESTADOS E MUNICÍPIOS (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 47).	894
22.2. LICITAÇÕES EXCLUSIVAS.....	896
22.2.1 Licitações exclusivas e adesão no Sistema de Registro de Preços	897
22.2.2 Licitações exclusivas e restrição às empresas sediadas no Estado	898
22.2.3 Licitações exclusivas e serviços contínuos	900
22.2.4 Licitações exclusivas e posterior aditamento contratual.....	902
22.2.5 Licitações exclusivas e aglutinação de itens em grupos.....	902
22.3. SUBCONTRATAÇÃO.....	902
22.3.1 Subcontratação e Indicação de Empresa.....	903
22.3.2 Subcontratação e Exigências	903
22.3.3 Regulamentação Federal	904
22.3.4 Subcontratação e Fornecimento de Bens.....	904
22.4. COTA DE 25%	905
22.4.1 Cota no item x cota de item.....	905
22.4.2 Cota de 25% e regulamento federal.....	907
22.4.3 Cota de 25% e limite sistemático	908
22.5. PROBLEMAS PRÁTICOS NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS	915
22.5.1 Licitações exclusivas e itens espelho.....	916
22.5.2 Cotas Exclusivas e Prioridade de Contratação	917
22.6. PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP	918
28. INAPLICABILIDADE DAS LICITAÇÕES DIFERENCIADAS.....	919
28.1 NÚMERO MÍNIMO DE FORNECEDORES COMPETITIVOS.....	920
28.2 EXISTÊNCIA DE DESVANTAGEM OU PREJUÍZO	920
28.3 CONTRATAÇÃO DIRETA	921
29. REFLEXÃO.....	922
30. RESTRIÇÃO DA LICITAÇÃO A EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO E INCONSTITUCIONALIDA- DE.....	922
31. LEI E RESPEITO À ISONOMIA ENTRE LICITANTES.....	923
Referências.....	925
Índice remissivo	941